



Novo ciclo autárquico – novos desafios

A matriz política, que resultou das eleições autárquicas que ocorreram no passado dia 1 de outubro, deve ser entendida por todos nós, como um dever a favor das populações das nossas três freguesias e também de quem nos visita.

Sabemos que participar na vida local é mais do que um convite ao trabalho e à intervenção cívica, porque a vivência da democracia constrói-se através da partilha de responsabilidades e competências e todos admitimos que para se atuar politicamente é importante dialogar junto de quem representamos.

De cada grupo político, esperamos a disponibilidade para trabalhar respeitando todas as tendências e opções que politicamente se venham a manifestar no conjunto das nossas deliberações. É certo que esta Assembleia ganhou espaço político e soube estar com os mais jovens, com dinamismo em debates e reuniões descentralizadas e com intervenção construtiva em parceria com instituições locais e regionais.

É essencial reforçar a nossa dinâmica de proximidade com as pessoas e com as diferentes organizações locais.

É fundamental assumir um papel de vanguarda na promoção dos novos valores de ser cidadão na sociedade atual.

Temos na essência o papel nobre de fiscalizar a atuação da câmara e será sempre exercido com sentido de responsabilidade e independência dos dois órgãos.

Por isso aceitamos o compromisso de trabalhar, para cumprir o que é expresso na Lei, e nunca rejeitamos que o empenho de todos é fundamental para a concretização de programas e projetos que de há muito caracterizam esta assembleia.

A nossa competência é igualmente um instrumento de trabalho e de humildade ao reconhecermos que o trabalho junto de quem mais precisa é o caminho certo para ajudarmos a conquistar os direitos fundamentais através de melhores condições de vida para os sesimbrenses. Sabemos que as nossas “Cartas de marear” têm um plano com futuro ... mas não podemos navegar “à bolina” ... será determinante que a “companha da embarcação” sinta a faina como sua... mas sempre a favor do coletivo.

Odete Graça

Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra



Instalação Assembleia Municipal

2017/2021

Sessão Descentralizada Grupo Desportivo União da Azóia

Orçamento para 2018 foi aprovado pela Assembleia Municipal

As Grandes Opções do Plano e Orçamento 2018 foram aprovadas por maioria na sessão descentralizada da Assembleia Municipal de Sesimbra, que decorreu no dia 18 de dezembro, no pavilhão do Grupo Desportivo União da Azoia, cuja Ordem de Trabalhos foi dedicada exclusivamente a esta temática.

O documento, que apresenta um valor de 51 milhões de euros, mais 1,5 milhões que em 2017, e reserva 22 milhões para as Grandes Opções do Plano, dos quais 11 milhões são para investimento, foi aprovado por maioria, com os 14 votos favoráveis (12 da CDU e 2 do PPD/PSD.CDS) e 9 votos contra (6 PS, 2 MSU e 1 BE).

A prioridade do orçamento para 2018 passa por garantir os projetos resultantes das candidaturas ao Portugal 2020 e manter

projetos fundamentais que partem do orçamento municipal, como o programa de pavimentações ou a construção de um novo Canil Municipal.

Neste orçamento há uma forte componente ambiental e, mais uma vez, um grande investimento na educação.

Na plateia estiveram mais de três dezenas de municípios e no período de intervenção aberto aos cidadãos foram levantadas várias questões, entre as quais a construção do canil municipal, a segurança rodoviária dos moradores na Azoia e a fixação dos contentores de lixo nesta aldeia. Todos os intervenientes realçaram a importância das sessões descentralizadas para a comunidade e congratularam a Assembleia Municipal por realizar a primeira deste novo mandato na aldeia de Azoia.



Vanessa Sousa
Grupo Municipal do BE
Bloco de Esquerda

A fatura da água em Sesimbra

Os custos suportados mensalmente pelos consumidores dos serviços de Águas e Resíduos têm sido tema de controvérsia em Sesimbra. As tarifas são das mais elevadas do distrito de Setúbal e os utentes queixam-se. É uma manifestação legítima das populações.

A União Europeia aprovou a Diretiva Quadro Água, uma norma que impõe a recuperação integral dos custos e essa diretiva foi transposta para a legislação portuguesa com a obrigatoriedade de recuperação de pelo menos 90% daqueles custos. Se a fatura em Sesimbra é mais cara isso só pode ter duas causas: ou os outros concelhos imputam custos inferiores aos "reais", ou a produtividade dos serviços é mais baixa em Sesimbra.

Declarar custos inferiores aos reais é um artifício contabilístico, ajuda os serviços a apresentar faturas "baratas" e a conquistar a simpatia popular. Mas não resolve o problema económico essencial. Os custos são sempre suportados pelos serviços e não sendo os utentes a suportá-los serão todos os municípios com os seus impostos a fazê-lo. São as mesmas pessoas, ora como utentes, ora como cidadãos de um concelho que pagam impostos. Com um inconveniente adicional: as tarifas artificialmente baixas podem estimular consumos "excessivos".

A segunda hipótese, a produtividade em Sesimbra é mais baixa encarecendo a água, só pode ter uma consequência: a Câmara deve fazer investimentos significativos para melhorar as sinergias e combater as perdas (rugas nas canalizações). É uma opção política a que o atual executivo deve dar prioridade.

Nada do que foi dito até agora evita a necessidade de uma política tarifária que garanta o acesso às camadas mais vulneráveis da população. É preciso uma Tarifa Social Automática à semelhança do que já acontece na energia. Ou definir um nível mínimo de consumo de água, gratuito, para as famílias mais pobres.

A Câmara de Sesimbra, por que há uma grande percentagem de segundas habitações no concelho, pratica tarifas elevadas, deslocando os recursos financeiros que serviriam para melhorar a qualidade das redes para outros fins. Penalizam a população sesimbrense, obrigada a suportar custos elevados com a água. E esta não é uma exceção, todo o projeto do nosso concelho está erradamente construído em torno do papel das segundas habitações na alavancagem de receitas extraordinárias. E é esse modelo que é preciso ultrapassar.



Miguel Ribeiro
Grupo Municipal do MSU
Movimento Sesimbra Unida

Narcisismo ou mera irresponsabilidade?

Passaram quase dois meses do dia em que tudo ficou na mesma. Passaram as eleições de 1 de Outubro, com os arrufos de sempre, as discussões inocuas e os debates que ninguém ouve, ocuparam-se cadeiras de poder e a vida continuou. Todavia, além do que permaneceu na nossa memória, manteve-se diante dos nossos olhos uma propaganda eleitoral que, por se ter esgotado a sua utilidade, se tornou obsoleta e visualmente incomodativa, e que mais não serve para relembrar quem manda ou quem almejará mandar! Não manda o bom senso, nem a razão, pois se mandasse há muito que a propaganda teria sido retirada. Não impera a coerência, nem a honestidade intelectual, pois se imperasse, quem retirou uma parte da propaganda, não deixaria o trabalho a meio!

A lei diz que a remoção da propaganda eleitoral é da responsabilidade das entidades que a tiverem instalado, mas não estabelece prazos, nem consequências para os irresponsáveis. Apenas refere que compete às câmaras municipais, ouvidos os interessados, definir os prazos e condições de remoção, mas infelizmente são poucas as que o fazem e, pior que isso, algumas há que acham que não têm que o fazer.

Certo é, que a permanência pós-eleitoral dos suportes de propaganda por largos períodos de tempo, e os possíveis efeitos das intempéries, tem como consequência o aumento do impacto ambiental resultante da degradação dos materiais utilizados e da sua fragmentação em pedaços pequenos que, por efeito do vento, são disseminados por vários locais, aumentando o risco de poluição das florestas, praias e do meio marinho.

Na sessão da assembleia municipal de 16 de Novembro, o MSU apresentou uma recomendação à Câmara Municipal para que instasse as forças políticas que omitiram a responsabilidade que a lei lhes atribui de removerem a propaganda e para regulamentarem esta matéria, mas comunistas e sociais-democratas, lado a lado, forçaram uma discussão da recomendação ao nível da Comissão de Líderes, a qual apesar de democraticamente aceitar pelo MSU, se prevê inconsequente e cujo único efeito prático será protelar uma situação insustentável sobretudo do ponto de vista ambiental. Nessa câmara da democracia, assistiu-se a um discurso em prol da defesa da liberdade de propaganda por parte da bancada da CDU, perfeitamente enviesado do teor da recomendação, e também ouviu-se a desculpa de que o material utilizado é biodegradável! Enfim, a razão dos que não a têm! Por mais que se procure uma explicação racional, a única que salta à vista reside na ideia de um certo quê de narcisismo político ou de culto da imagem.



João Valente
Grupo Municipal da CDU
Coligação Democrática Unitária

Construir um novo ciclo Autárquico

Este mandato inicia-se num quadro político, económico e social menos complicado que há quatro anos atrás para o nosso Povo. A intervenção, do PCP e do Partido Ecologista Os Verdes, na Assembleia da República é importante pois tem apresentado propostas, nos últimos dois anos, de reposição de direitos e rendimentos dos trabalhadores, na introdução de critérios de justiça fiscal, no aumento do valor real das pensões e ao nível de "transferência de competências" sobre a qual a Assembleia Municipal não deverá ser alheia.

A CDU foi a força política mais votada nas eleições autárquicas realizadas no dia 1 de outubro de 2017 no concelho de Sesimbra, obtendo a maioria absoluta de eleitos para a Câmara Municipal. Manteve a maioria absoluta de eleitos na Assembleia de Freguesia do Castelo, conquistou a maioria absoluta na Assembleia de Freguesia de Santiago, onde detinha uma maioria simples, manteve a maioria simples de eleitos na Assembleia Municipal, e manteve a maioria simples na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde.

A CDU nunca foi, não é, nem nunca será indiferente à vontade do Povo. A composição da Assembleia Municipal com representantes de várias listas que se apresentaram nas eleições de dia 1 de outubro é um sinal claro de que os eleitores querem diálogo, decisões partilhadas e propostas discutidas.

Foram apresentados 6 Eixos Fundamentais na estratégia que mereceram o apoio maioritário dos eleitores do concelho, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal darão todo o seu contributo para a sua concretização.

A política local, na nossa opinião, terá mais sucesso se formos capazes de unir esforços e dar o nosso melhor contributo para tornar a vida dos nossos municípios, numa vida saudável, próspera e livre. Concordemos ou discordemos das opções políticas que cada indivíduo ou grupo manifeste, devemos ter sempre a capacidade de ouvir, respeitar e só depois discutir.

A liberdade e a democracia mais do que apregoar, pratica-se e é com esse espírito que aqui estamos e vamos estar ao longo dos próximos quatro anos. A CDU estará sempre disponível para apresentar ideias e debate-las e procurar consensos. Estará empenhada na resolução dos problemas do nosso concelho com uma atitude construtiva, sempre em defesa da transparência, liberdade, solidariedade e justiça social.

"Todas as propostas construídas com vontade, trabalho e empenho farão do concelho de Sesimbra, um concelho melhor."



Lobo da Silva
Grupo Municipal do PSD
Partido Social Demócrata

É preciso confiar no trabalho do PSD

O PPD/PSD quer agradecer a todos os que acreditaram no nosso projecto e nos deram a possibilidade de hoje estarmos representados nos órgãos autárquicos do município de Sesimbra.

Também queremos enaltecer todos aqueles que no dia 1 de Outubro, cumpriram o seu dever de cidadania, expressando a sua vontade através do voto.

Uma palavra muito especial, a todos os abstencionistas, que provaram mais uma vez um desrespeito pelos destinos deste Concelho.

Parafrazeando Francisco Sá Carneiro:

“A abstenção é um acto de cobardia política”

Mas a democracia é isto! É poder não utilizar um direito que outrora nos foi negado!

É poder chacotear o trabalho dos cidadãos que se envolvem num processo complicado, que dão o tempo que muitas vezes não têm e que percorrem as suas localidades de lés-a-lés, para fazerem chegar a sua mensagem. Uma campanha eleitoral não se resume à entrega dos folhetos com os programas, leva muitos meses de trabalho, muitas horas fora da vida familiar.

A abstenção é efectivamente um direito, que todos temos que respeitar, assim como ser eleito também é um direito que os abstencionistas têm que respeitar!

O PPD/PSD alcançou uma votação superior a 2013, mas não ganhamos. Temos a humildade suficiente para reconhecer.

Esta votação alcançada foi um estímulo ao trabalho desenvolvido no último mandato e na campanha, porque travamos um combate político com alguns adversários políticos e outros ditos políticos na base da difamação.

O PPD/PSD nos órgãos autárquicos irá defender ao longo dos próximos 4 anos de mandato os seus programas autárquicos com os quais se apresentou aos munícipes deste concelho.

Não tenham dúvidas que o faremos mas nos lugares certos, que são os órgãos autárquicos.

A nós PPD/PSD cabe o estatuto de oposição mas uma oposição democrática e construtiva.

O PPD/PSD não deixará de escrutinar de forma democrática, todas as políticas implementadas pela força política maioritária, iremos intervir.

Vamos propor e sugerir à força política maioritária, aquilo que consideramos mais adequados para os munícipes, de forma que estes voltem a confiar ainda mais no PPD/PSD.

Viva o PPD/PSD
Viva o Concelho de Sesimbra.



Sérgio Faias
Grupo Municipal do PS
Partido Socialista

Pela defesa da nossa terra e da nossa gente

Inicia-se agora um novo ciclo autárquico. Nos próximos 4 anos, o Partido Socialista estará, como sempre esteve, na primeira linha da defesa dos interesses da nossa terra e da nossa gente. Foi esse o mandato que recebemos de cerca de 1/3 dos sesimbrenses que, no passado dia 1 de outubro, expressaram democraticamente, de forma livre e consciente, a sua confiança nas nossas propostas e nos nossos candidatos.

O Poder Local é o primeiro recurso dos cidadãos para a resolução dos seus problemas e aquele em que os respetivos responsáveis mais diretamente devem fazer refletir as opções das populações que os elegem. Como tal, os eleitos do PS nos diferentes órgãos autárquicos, e em particular na Assembleia Municipal, reiteram o compromisso assumido com as populações das três freguesias do concelho, de contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.

Este, não vai ser um percurso fácil. Ficou bem clara a preferência da coligação PCP/PEV em entender-se e partilhar responsabilidades com coligação de direita PSD/CDS (representa menos de 10% dos votos) e desprezar a opinião dos muitos sesimbrenses que fizeram do PS a segunda força política mais votada. Esse entendimento com a direita esteve patente na atribuição de responsabilidades na Câmara Municipal, em que foram concedidos pelouros e um tempo inteiro ao Vereador do PSD/CDS, enquanto ao PS não foi dada qualquer oportunidade de participação na gestão desse órgão. Também na AM, onde temos agora 7 eleitos, o PS foi impedido de assumir a coordenação de Comissões Permanentes, ainda para mais quando temos no nosso Grupo Municipal os elementos mais bem preparados, a nível profissional e académico.

Mas o contexto político que se vive hoje no concelho não nos demove da nossa missão. Vamos estar atentos ao decorrer da vida democrática em Sesimbra e vamos continuar a defender a nossa visão estratégica para o concelho, assente num desenvolvimento sustentável, contemplando as vertentes social, económica e ambiental. Assente na defesa e promoção do nosso património natural e cultural, potenciando a capacidade dos agentes económicos locais, de se desenvolverem e de promoverem emprego, e assim contrariar a tendência de Sesimbra se tornar um mero dormitório dos subúrbios de Lisboa.

O Partido Socialista, ao longo dos próximos 4 anos, de forma responsável e determinada, continuará a assumir uma voz ativa na defesa dos interesses da nossa terra e da nossa gente.

Após a instalação dos Órgãos do Município em 17 de outubro, a Assembleia Municipal elegeu, no passado dia 27 de novembro, os Representantes nos Conselhos Municipais e nas Instituições:

Odete Graça:

- Congresso Nacional da Associação de Municípios Portugueses;
- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho Municipal de Segurança;
- Conselho Municipal das Pescas do Concelho de Sesimbra;
- Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra;

Vítor Antunes:

- Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Conselho Municipal de Educação.

Maria Manuel Santos:

- Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses (É Presidente de Junta de Freguesia substituta do Presidente de Junta Delegado ao Congresso);
- Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra;
- Conselho Cinegético Municipal.

Laura Correia:

- Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (Elemento substituto).

João Pólvora:

- Comissão Municipal de Trânsito e Transportes.

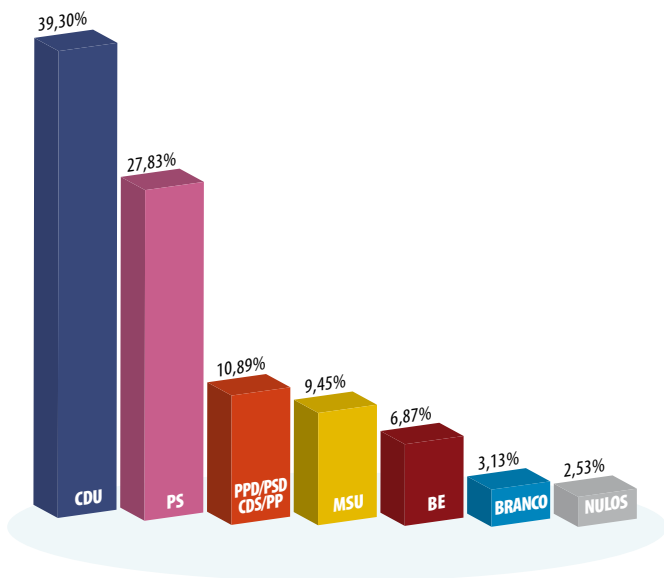
Paulo Caetano:

- Conselho Consultivo Municipal da Revisão do PDM de Sesimbra.

Vanessa Sousa:

- Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;

Constituição Assembleia Municipal



Odete Graça

CDU

(PRESIDENTE)

João Narciso

CDU

(1.º SECRETÁRIO)

Maria Gonçalves

PPD-PSD CDS-PP

(2.ª SECRETÁRIA)

Joaquina Odete Martins da Graça **CDU**
 João Carlos do Carmo Valente **CDU**
 Paula A. C. Conceição Graça Rodrigues **CDU**
 Rui João Graça Rodrigues **CDU**
 Fernando José Mestre Patrício **CDU**
 Sandra M. M. Rodrigues de Carvalho **CDU**
 João Francisco C. Ribeiro Narciso **CDU**
 José da Costa Ferreira Braga **CDU**
 Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes **CDU**
 Maria Gomes (presidente JF Castelo) **CDU**
 Laura Correia (presidente JF Santiago) **CDU**
 Vítor Antunes (presidente JF Quinta do Conde) **CDU**

Sérgio Miguel Redondo Faias **PS**
 Pedro Miguel dos Santos Mesquita **PS**
 Luísa Margarida Cagica Carvalho **PS**
 João Filipe Paulo Pólvora **PS**
 Andredina Gomes Cardoso **PS**
 Paulo do Carmo de Sá Caetano **PS**
 Bertina Pereira João Duarte **PS**

José Manuel Lobo da Silva **PPD-PSD CDS-PP**
 Maria da Conceição Nero Gonçalves **PPD-PSD CDS-PP**

Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro **MSU**
 João Carlos Guimarães Rodrigues **MSU**

Vanessa Sofia Tavares de Sousa **BE**

Constituição Comissões da Assembleia Municipal de Sesimbra



Comissão de Líderes dos Grupos Municipais

Odete Graça (CDU) - Preside à Comissão
 João Valente (CDU)
 Sérgio Faias (PS)
 Lobo da Silva (PPD/PSD.CDS-PP)
 Miguel Ribeiro (MSU)
 Vanessa Sousa (BE)
 João Narciso (CDU)
 Conceição Gonçalves (PPD/PSD.CDS-PP)



Comissão de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território

Lobo da Silva (PPD/PSD.CDS-PP) - Coordenador
 João Valente (CDU)
 Paula Rodrigues (CDU)
 Paulo Caetano (PS)
 João Pólvora (PS)
 Miguel Ribeiro (MSU)
 João Rodrigues (MSU)
 Vanessa Sousa (BE)



Comissão Sociocultural, Cidadania e Segurança dos Cidadãos

Rui João Rodrigues (CDU) - Coordenador
 Fernando Patrício (CDU)
 Andredina Cardoso (PS)
 Bertina Duarte (PS)
 Lobo da Silva (PPD/PSD.CDS-PP)
 Conceição Gonçalves (PPD/PSD.CDS-PP)
 Miguel Ribeiro (MSU)
 João Rodrigues (MSU)
 Vanessa Sousa (BE)



Comissão de Planeamento Estratégico e Atividade Económica

Sandra Carvalho (CDU) - Coordenadora
 Sónia Lopes (CDU)
 Luísa Carvalho (PS)
 Sérgio Faias (PS)
 Conceição Gonçalves (PPD/PSD.CDS-PP)
 João Rodrigues (MSU)



Comissão de Finanças Municipais e Administração Autárquica

João Rodrigues (MSU) - Coordenador
 João Narciso (CDU)
 José Braga (CDU)
 Pedro Mesquita (PS)
 Luísa Carvalho (PS)
 Lobo da Silva (PPD/PSD.CDS-PP)
 Conceição Gonçalves (PPD/PSD.CDS-PP)
 Miguel Ribeiro (MSU)
 Vanessa Sousa (BE)